

### **Pensões e natalidade: duas faces da mesma moeda**

O atual contexto económico ressaltou a urgência para o debate sobre a reforma das pensões. Na realidade, para lá dos aspetos técnicos, o problema é claro: a esperança de vida cresce e a natalidade diminui, pelo que os atuais modelos do Estado Providência são cada vez menos sustentáveis.

Alguns países abordaram o fator do aumento da esperança de vida atrasando a reforma, ou estabelecendo mecanismos para que as pensões dependam da situação económica do país (salários, preços, PIB) e não só do que foi descontado durante determinados anos. Pelo contrário, o problema da fecundidade admite menos mecanismos técnicos. Todas as palavras de ordem para dinamizar o mercado laboral que se repetem nos círculos políticos e nos meios de comunicação social (deixar fluir o crédito, fomentar a cultura empreendedora, flexibilizar a contratação, incentivar o emprego juvenil) são nulas se não houver população jovem suficiente para ocupar os postos de trabalho.

#### **A insustentável situação demográfica**

Costuma fixar-se em 2,1 filhos por mulher a taxa de fecundidade mínima para que haja a substituição geracional. No campo das pensões, também 2,1 marca um limite de sobrevivência: neste caso refere-se ao mínimo de descontos por pensionista necessário para o sistema (como em Espanha, por exemplo) ser sustentável.

Demografia e pensões estão de mãos dadas, e alguns indicadores relacionam-nas. A “taxa de dependência” (“old-age dependency ratio”) mede a população com mais de 65 anos como percentagem da que está entre os 15 e os 65 anos, isto é, em idade laboral. Embora esta tabela não seja de todo efetiva para calcular a viabilidade das pensões (nem toda a gente com idades entre os 15 e os 65 anos está a fazer descontos, nem as pensões são pagas somente a pessoas com mais de 65 anos), parte-se do princípio que haja uma

aproximação válida à realidade demográfica de um país. Segundo dados do Eurostat de 2012, a taxa média da UE-27 era de 26,7%. Os países com valores mais elevados eram a Alemanha (31,2%), a Itália (30,9%), a Grécia (29,9%), Portugal (29,6%) e a Suécia (29,2%).

A percentagem espanhola (25,8%) situava-se abaixo da média, embora as previsões demográficas não sejam muito promissoras. Segundo o próprio Eurostat, a taxa de dependência espanhola será de 27,4% em 2020, e de 46,3% em 2040. No ano de 2020, a percentagem de população com mais de 65 anos chegará a 18,2% e, em 2040, terá ultrapassado folgadoamente a barreira dos 25%, isto é, mais de uma em cada quatro pessoas estaria na faixa etária em que atualmente se começa a receber a maior parte das pensões de reforma.

O número de pensões em Espanha (e o montante médio) já cresceu muito na última década: em 2009, havia mais de um milhão de beneficiários relativamente a 2000. Segundo as previsões do governo, o número de pensionistas em 2040 terá crescido quase 100% relativamente a 2010.

#### **Retocar ou reformar**

Este cenário (ou pior) repete-se noutros países, fundamentalmente europeus, embora nalguns deles (Suécia, Finlândia) a situação se veja aliviada por uma taxa de natalidade maior. Na Alemanha, o país mais envelhecido da Europa, um em cada cinco habitantes tem 65 anos ou mais, o que faz com que tenham de destinar, para pensões, 11,5% do PIB; além disso, segundo as estimativas do próprio governo, em 2025 haverá seis milhões menos de pessoas entre os 15 e os 65 anos. Em Itália, a percentagem do PIB destinada a pensões ronda os 14%, embora se espere que a recente reforma dos descontos acabe por fazê-la baixar (isso sim, não antes de 2030). Em Portugal, outro dos países mais envelhecidos do continente, o governo de Passos Coelho decretou uma baixa geral das pensões de 3,5% na forma de “taxa especial” aos pensionistas, embora, supostamente, seja apenas uma medida transitória.

Os países mais envelhecidos foram, logicamente, os primeiros a avançar com reformas dos seus modelos de pensões. Em muitos casos, as mudanças destinam-se a modificar os critérios de revalorização das pensões, de forma que se adaptem de modo mais realista à situação económica: por exemplo, nalguns países, passou-se de revalorizar segundo a inflação, para o fazer tendo em conta a evolução dos salários médios ou do rácio trabalhadores-pensionistas (o chamado “fator de sustentabilidade”).

Além disso, na maioria dos países mais desenvolvidos da Europa, estabeleceram-se incentivos para prolongar a atividade e atrasou-se a idade de reforma. Nalguns países, como a Grã-Bretanha, foi criado um sistema de pensões privado, paralelo ao público, e ao qual vão parar de forma automática parte dos descontos (a não ser que o trabalhador peça a sua exclusão desses planos de pensões). Também se modificou o procedimento para o cálculo da pensão: aumentando o mínimo de anos descontados, ou o período que conta como base para o cálculo.

### **Solidariedade intergeracional**

Não obstante, todas estas medidas não afetam a base do “modelo de repartição”, em vigor na maioria dos países ocidentais e baseado no conceito de solidariedade intergeracional; ou seja, que a reforma dos pensionistas seja paga com os descontos das gerações mais jovens. Embora neste modelo se estabeleçam mecanismos para assegurar uma certa proporcionalidade entre o descontado e a pensão recebida, o objetivo fundamental é assegurar o poder de compra das pessoas que abandonam o mundo laboral.

No extremo contrário, está o “modelo de capitalização”, no qual os descontos de cada trabalhador vão engrossando uma conta com a qual se irá pagar a respetiva reforma. Desaparece portanto o conceito de solidariedade intergeracional. Foi aplicado fundamentalmente em países latino-americanos, com resultados pouco satisfatórios: embora, na teoria, este modelo “proteja” o dinheiro do trabalhador de maneira mais eficaz, descobriu-se que é mais vulnerável aos ciclos económicos.

### **Suécia: um modelo com sucesso**

Outros modelos optaram por uma solução intermédia, que pretende salvaguardar a ideia base da solidariedade intergeracional, mas, ao mesmo tempo, faz depender mais a pensão do descontado pelo beneficiário durante toda a sua vida laboral.

Num relatório publicado em 2010 pela consultora PwC, analisava-se concretamente o caso da Suécia, o mais

conhecido e estudado deste modelo, e pedia-se a sua aplicação à Espanha. A Suécia aprovou a reforma das suas pensões em finais dos anos 90, pelo que já teve tempo de avaliar a sua viabilidade.

Os descontos dos trabalhadores suecos alimentam dois sistemas complementares de pensões. Um é coletivo e basicamente de repartição; e o outro, individual e de capitalização. O primeiro capta a maior parte dos descontos (16,5% do salário bruto), e é utilizado para pagar as pensões dos já reformados. O que desconta cada trabalhador vai-se acumulando de modo “virtual” numa conta que lhe é atribuída. Quando o trabalhador se reforma ou começa a ganhar a sua pensão por outro motivo, o acumulado na sua conta é a base para o cálculo da sua pensão, de tal forma que o que uma pessoa recebe como pensão reflete mais diretamente as suas contribuições durante toda a sua vida laboral.

O outro sistema complementar recebe uma percentagem menor dos descontos (2,5% do salário) e é gerido por planos de pensões privados: cada pessoa que desconta pode escolher entre mais de 700 planos acreditados pelo Estado. O rendimento desta parte individual do sistema de pensões depende exclusivamente da rentabilidade que obtiver o fundo de investimento escolhido.

A prestação recebida pelo pensionista é o resultado da divisão do capital acumulado ao longo da sua vida laboral pela esperança de vida calculada para ele: se pede a reforma mais tarde (a idade mínima são os 61 anos) a pensão será maior, pelo que é incentivado o adiamento da reforma. Além disso, irá receber o que lhe caiba pela rentabilidade do seu fundo de investimento.

No caso dos pagamentos virem a superar as receitas do sistema de pensões mais os recursos dos fundos de capitalização, é ativado um “travão”, que faz baixar o custo das pensões e dos direitos acumulados nas contas pessoais, de forma que a correção afeta tanto os atuais, como os futuros pensionistas. Se se gerarem excedentes, eles entram num sistema coletivo de capitalização, formado por cinco grandes fundos de pensões, que tentam obter rentabilidade investindo esses recursos em valores do mercado nacional e internacional.

Por outro lado, para salvar o lado de ajuda social que está na base do modelo de repartição, o sistema sueco separa algum dinheiro (que fica a cargo do Orçamento de Estado e não dos descontos) para pagar as “pensões de garantia” a pensionistas com um nível baixo de rendimentos. Deste modo, é-lhes garantido um nível de vida modesto mas decente.

Embora no relatório da PwC se sugira que a Espanha deveria adotar o modelo sueco, o fomento da natalidade aparece como uma condição prévia. Ambos os países têm uma esperança de vida similar, em torno dos 82 anos. Mas a fecundidade em Espanha é somente de 1,32 filhos por mulher (dados de 2012), contra 1,67 na Suécia. Em Espanha, a quebra dos nascimentos e o aumento do número de mortes teria como consequência uma paulatina redução do crescimento

vegetativo anual, que viria a ser negativo antes do termo da presente década.

F.R.-B.

## Reformas necessárias para pensões com futuro

O relatório anual da OCDE “Pensions at a glance 2013”, examina as principais reformas aplicadas nas últimas duas décadas, em resposta à alta futura de custos provocada pelo envelhecimento da população e pelo aumento da esperança de vida.

As duas medidas mais frequentes foram atrasar a idade de reforma e retocar as fórmulas que servem para o cálculo dos benefícios, seja alterando o indicador a que se liga o crescimento das pensões (por exemplo, da evolução dos salários à do IPC), aumentando os anos de trabalho que determinam o montante final, ou, introduzindo algum dos chamados fatores de sustentabilidade, como, por exemplo, a esperança de vida ou a situação do fundo público para pensões no momento da reforma.

### A idade da reforma será adiada

Em geral, as reformas procuraram assegurar a viabilidade a longo prazo dos atuais sistemas, mas para isso foi reduzido o valor que cada ano trabalhado tem para o cálculo final da pensão. Em parte, este défice ver-se-á compensado pelo aumento de anos trabalhados (adiamento da idade de reforma), mas a OCDE adverte de que se terá de estar especialmente atento aos trabalhadores que por este ou aquele motivo não descontaram na sua vida laboral o necessário para terem uma pensão suficiente.

A sensibilidade dos governos para com os idosos (também por motivos eleitoralistas) fez com que, apesar da crise, as pensões estivessem protegidas dos cortes na maior parte dos países: assim, a taxa de pobreza entre as pessoas com mais de 65 anos desceu de 15,1% em 2007, para 12,8% em 2010. No entanto, nos últimos anos, os cortes atingiram as pensões. Contudo, os rendimentos médios dos idosos correspondiam em setembro de 2013, a 86% dos rendimentos da população em geral, uma percentagem ainda elevada se comparada com as décadas anteriores.

O relatório indica que na maioria dos países da OCDE, a idade de reforma será pelo menos de 67 anos, para homens e

mulheres, daqui até 2050. Esta subida generalizada terá um efeito mais negativo para os reformados. No entanto, foi adotada por, praticamente, todos os países da OCDE para dar sustentabilidade ao sistema.

### A pensão será uma percentagem menor do salário

O melhor indicador sobre a capacidade redistributiva de um sistema de pensões é a *replacement rate* ou taxa de substituição: mede o montante da pensão inicial (depois da reforma) como percentagem do salário que se ganhava exatamente antes da pessoa se reformar. Nos sistemas mais distributivos, as taxas variam muito consoante os rendimentos do pensionista: assim, os que se encontram no percentual mais elevado, recebem uma percentagem menor do que ganhavam antes de se reformarem, enquanto que os do percentual mais baixo obtêm pensões muito semelhantes aos seus anteriores salários.

De acordo com as estimativas do relatório, os salários baixos virão a obter uma pensão que representará 70% do salário; os assalariados médios não receberão mais do que 54% dos rendimentos que tinham como ativos, com o risco de ver diminuído o seu nível de vida de maneira significativa.

Outro índice frequentemente utilizado para medir o impacto das reformas sobre as pensões é a *gross pension wealth* (riqueza derivada da pensão), que compara o montante em dinheiro que supostamente receberá como pensão uma pessoa durante os anos de vida que lhe restam com o seu salário antes de se reformar. Segundo a análise da OCDE, quase todas as reformas levadas a cabo nos últimos anos provocarão uma diminuição dos benefícios, pois a mudança nas fórmulas de cálculo produz um resultado final negativo.

### Planos de pensões privados

Perante a difícil situação dos cofres públicos, alguns países como Alemanha, Suécia, México ou Grã-Bretanha, juntaram-se ao modelo de planos de pensões privados. Nalguns casos, como a Grã-Bretanha, o governo obrigou os empregadores a inscrever os seus trabalhadores num destes planos; ao mesmo tempo, prometeu vigiar os investimentos para que não se assumam riscos excessivos.

O relatório da OCDE recomenda que exista uma oferta mais variada nos planos de pensões, o que fomentará a competitividade. Contudo, alerta de que as consequências de se apoiar primordialmente em planos privados, poderiam afetar a capacidade do sistema para atender aqueles que tenham tido uma vida laboral curta (algumas mães, desempregados de longa duração) ou grupos como os doentes ou deficientes.